

Educação Inclusiva no Campo: Conquistas, desafios e reflexões

Educación inclusiva en el campo: logros, desafíos y reflexiones

Tereza Marcella Cordeiro Ribeiro¹

Instituto Federal do Pará / marreirosmarcella@gmail.com

Eldeenaldo Ferreira da Silva²

Instituto Federal do Pará / eldeenaldo.silva@ifpa.edu.br

Área Temática: Inclusão, Cultura, Política e Identidades

Modalidade: Relato de Experiência

1. Apresentação

No contexto da educação, a busca pela inclusão é uma jornada contínua rumo à equidade e à valorização da diversidade. Nesse sentido, a promoção da educação inclusiva nas áreas rurais emerge como um desafio crucial e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para a transformação social e acadêmica. O presente trabalho tem como objetivo narrar e analisar experiências e resultados obtidos no Plano de Ação anual da Sala de Recursos Multifuncionais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Praxedes Ribeiro, localizada na comunidade Santa Ana do Piripindeua, no município de Mãe do Rio- PA.

Ao longo dos anos de 2020 a 2023, esta escola campesina se dedicou não apenas a oferecer educação de qualidade, mas também a garantir o acesso, permanência e valorização da cultura dos estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Reconhecendo as diferenças e peculiaridades do atendimento especializado, o trabalho propõe uma reflexão sobre a implementação da educação inclusiva no campo, fundamentada em perspectivas que privilegiam a equidade em detrimento da busca pela igualdade homogeneizadora.

A motivação subjacente à realização deste relato reside na valorização dos espaços e da cultura como meios promissores de aprendizagem para todos os alunos. Com base na legislação vigente, que reconhece a Educação do Campo como um direito fundamental, este relato destaca a importância de uma abordagem diferenciada no contexto educacional rural. O trabalho parte do pressuposto de que a educação inclusiva nas áreas rurais demanda um novo olhar, capaz de reconhecer e valorizar a identidade e cultura dos estudantes, assim como as particularidades de seu ambiente.

A Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008 das diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida:

agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL,2008b). Entre essas pessoas estão as com deficiências ou quaisquer outros transtornos relacionados à aprendizagem elencados na legislação brasileira. Portanto, a prática inclusiva docente é de fundamental importância na construção e solidificação da identidade, cultura e desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

Ao analisar as experiências vivenciadas na sala do AEE, exploramos os desafios e avanços encontrados no processo de implementação da educação inclusiva no campo. A partir de uma metodologia qualitativa e quantitativa, observamos o crescimento significativo no número de matrículas na sala do AEE, impulsionado por fatores como conscientização, superação de preconceitos e apoio de uma equipe multidisciplinar. A acessibilidade nessa área compartilhada de educação do campo e de ensino inclusivo, se apresenta como mecanismo de enfrentamento e resistência às mais diversas formas de exclusão e segregação, com vistas a contribuir para a concretude da educação para autonomia e emancipação das pessoas com deficiência. (ANJOS; DAMASCENO, 2020: 23).

No entanto, também identificamos desafios, como a demora na obtenção de laudos clínicos e as dificuldades logísticas para distribuição das turmas. Evidenciando a falta de articulação entre os setores educacionais e os demais setores da sociedade como saúde e assistência social para viabilizar os documento e orientações ao trabalho pedagógico realizado no Atendimento Educacional Especializado e as condições propícias para aprendizagens significativas. Diante desse contexto, este trabalho busca não apenas relatar experiências, mas também propor reflexões e recomendações para uma educação inclusiva mais efetiva nas áreas rurais.

Assim, ao apresentar este relatório, convidamos o leitor a mergulhar nessa jornada de descoberta e aprendizado, refletindo sobre o papel da escola e da comunidade na promoção de uma educação que valoriza e acolhe a diversidade. Pois, lei elenca garantias de direitos ao acesso à escolarização, mas nem sempre esses direitos têm sido assegurados e a realidade consiste na luta contra o descaso, as omissões e todas as outras mazelas que se apresentam como limitações e barreiras de pleno acesso, sejam elas geográficas, arquitetônicas, pedagógicas e toda a necessidade de políticas públicas que contemplem as realidades. A superação desses obstáculos educacionais aponta para uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

2. Metodologia

Este estudo investiga as experiências da Sala de Recursos Multifuncionais durante o período compreendido entre os anos letivos de 2020 a 2023 na Escola Municipal de Ensino Fundamental

(EMEF) Praxedes Ribeiro, situada na Vila Santa Ana do Piripindeua, área rural do município de Mãe do Rio, na mesorregião do nordeste paraense. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa para compreender as vivências na Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua contribuição para a comunidade, bem como uma abordagem quantitativa para analisar os dados estatísticos relativos ao percentual de matrículas.

A coleta de informações baseou-se na revisão de literatura pertinente, na legislação vigente e na observação participante. Conforme destacado por Alpa Shah (2020), esse tipo de pesquisa pode ser considerado uma práxis potencialmente revolucionária, pois desafia os pressupostos teóricos estabelecidos, gerando um conhecimento que é novo, marginalizado ou silenciado. Desta forma, o estudo concentrou-se na dinâmica dos eventos relacionados à existência e organização do projeto de ação anual na sala de recursos multifuncionais, além de propor reflexões teóricas pertinentes.

O levantamento de dados teve início com a observação do processo de implantação da Sala de AEE na EMEF Praxedes Ribeiro, seguido pelo acesso ao Plano de Ação do Atendimento Educacional Especializado produzido anualmente, bem como pela análise documental dos arquivos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Mãe do Rio às docentes do AEE para a organização do trabalho. As informações obtidas permitiram a análise das conquistas, desafios e reflexões em torno da educação inclusiva oferecida na escola campesina.

O suporte teórico foi embasado em um levantamento bibliográfico, incluindo acesso a sites, revistas e livros pertinentes à temática, bem como às leis que regulamentam a educação inclusiva. Além disso, foram explorados estudos relacionados à identidade do campo e à cultura campesina como ferramenta de inclusão para alunos com deficiência, com base nas ideias de Shah (2020), Russo e Pereira (2021), Anjos e Damasceno (2020), e nas legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (BRASIL, 2015), bem como decretos e resoluções pertinentes.

A metodologia adotada pela comunidade escolar para a implementação da Sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE na EMEF Praxedes Ribeiro em 2020 consistiu na mobilização de alunos, professores e pais durante o desfile cívico de 2019. Essa estratégia foi escolhida devido à presença da gestão municipal no evento da escola, o que possibilitou a apresentação de reivindicações através de placas e cartazes, resultando na concessão do espaço para os atendimentos educacionais especializados no ano subsequente.

O acesso à Sala de AEE foi condicionado à apresentação de laudos clínicos fornecidos por especialistas da área da saúde, bem como pareceres técnicos pedagógicos, psicológicos e neuropsicopedagógicos emitidos pela equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação, que compõe o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). O número de matrículas

aumentou progressivamente, chegando a 33 alunos até o final de 2023, com atendimentos individualizados ou em grupos de no máximo três discentes, dependendo das necessidades individuais.

Os dados quantitativos foram obtidos através do sistema gestor SmartGovBR do município, permitindo a análise do crescimento da demanda ao longo dos três primeiros anos de existência da Sala de Recursos, bem como a identificação dos fatores que influenciaram a procura das famílias pelos atendimentos. As informações registradas e os relatórios elaborados contribuíram para o acompanhamento do progresso dos alunos e orientaram a prática pedagógica na Sala de Recursos.

Quanto à organização dos alunos na Sala de Recursos, as portarias de matrícula fornecidas pela SEMED regulamentaram um mínimo de oito e um máximo de dez alunos por turno, conforme estabelecido para o período. Embora as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica sugiram que o atendimento especializado ocorra preferencialmente no turno inverso à escolarização, a dificuldade de transporte das famílias e a incompatibilidade de horários com o transporte escolar resultaram em atendimentos durante o turno regular de ensino para uma parte significativa dos alunos, devido à sua não residência na mesma comunidade onde a escola está localizada.

A lotação de profissionais se deu inicialmente por uma docente para o atendimento, posteriormente com o aumento da demanda, foi necessário lotar outra professora, ambas pertencentes ao quadro efetivo e especialistas em neuropsicopedagogia e psicopedagogia com atuação nos horários matutino, vespertino e noturno. Ambas demonstraram considerar a diversidade como meio que potencializa as aprendizagens e isso também significa respeitar as individualidades, aproximando-se do perfil docente inclusivo citado por Russo e Pereira (2021):

Ao professor cabe a tarefa de organizar suas atividades em sala de aula e qualificar sua mediação didática, privilegiando processos coletivos que envolvam todos os alunos, mas levando em conta aspectos da singularidade daqueles alunos que demandem apoios específicos, para que todos aprendam e se desenvolvam (RUSSO; PEREIRA, 2021:06).

Percebe-se a necessidade de método de organização do trabalho dentro do plano de ação definindo objetivos específicos para articulação das estratégias que a serem elencadas nos resultados que ao longo dos anos venham a ser alcançados, aperfeiçoados e alterados quando necessários, entre os quais se pode destacar:

- ✓ Prever a organização dos atendimentos da sala de AEE;
- ✓ Realizar atividades diagnósticas;
- ✓ Participar do planejamento dos professores com a coordenação pedagógica;
- ✓ Encontrar com os professores para esclarecimento e suporte.

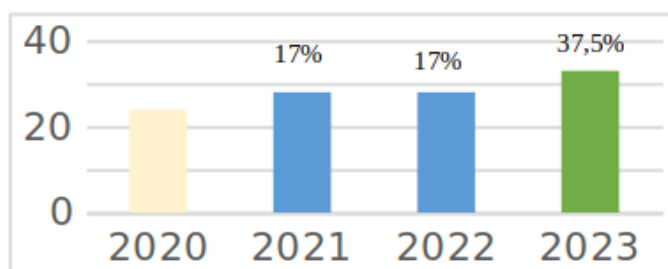
- ✓ Propor ações inclusivas para escola com ênfase na valorização da cultura e da identidade campesina;
- ✓ Colaborar na revisão do PPP com a equipe pedagógica;
- ✓ Encontrar com as famílias em grupos ou individual de acordo com a necessidade;
- ✓ Elaborar relatórios individuais do primeiro e segundo semestre;
- ✓ Avaliar a apresentação dos resultados.

A análise de dados ocorreu após o agregar de elementos oriundos da observação ativa no processo e acesso a documentos que promoveram as reflexões teóricas fomentadas nesse relato. O monitoramento dos dados se deu pela observação do percentual da taxa de matrícula, observação das condições de acesso para o desenvolvimento e melhoria das habilidades sociais e acadêmicas dos alunos registradas em pareceres descritivos semestrais e anuais.

3. Resultados

Conforme as ações foram realizadas ao fim de cada ciclo de atividades análise e reflexões foram e são inevitavelmente realizadas pelos atores dos recintos escolares. Para o norteamento da prática, o embasamento teórico se fez necessário e como consequência disso as mudanças vieram acontecendo e estamos caminhando para uma sociedade que aceita a diferença com riqueza social. E traçar caminhos para inclusão dentro do processo educacional no contexto rural, diz respeito a um trabalho não de imposição, mas de sensibilização seguido da valorização da identidade e cultura do aluno que tem sua escolarização ofertada na área campesina.

Nessa experiência foi possível analisar o crescimento da matrícula na sala do AEE, como resultado positivo dessa ampliação de atendimento ofertado pela escola, que agora não somente é uma escola do campo, mas uma escola do campo inclusiva, que atende as famílias da comunidade composta por trabalhadores rurais, comerciantes e funcionários públicos, residentes na comunidade onde a escola está situada, bem como nas escolas anexas localizadas nas oito comunidades vizinhas. Segue a abaixo o gráfico que demonstra essa evolução da demanda especificada no sistema gestor Smargovbr.



Fonte: Sistema Gestor web Smargovbr

Vale ressaltar que desde a implantação da sala em 2020 o número inicial de 24 alunos cresceu 17% e se estabilizou no período mais crítico da pandemia da Covid-19, onde as aulas eram ofertadas de forma remota, assim se nota que com o retorno de atendimento escolar presencial resultou no aumento de 37,5% dos alunos matriculados, com cálculo realizado de acordo com dados fornecidos pelo sistema gestor do município de Mãe do Rio até dezembro de 2023.

A sala multifuncional recebe uma quantidade de 18 (dezoito) anexos fornecidos pela coordenação de Educação Especial, como modelo que orienta o docente da sala e faz parte da documentação específica da sala do AEE no município de Mãe do Rio-PA, algumas fichas ou mapas são cedidos aos docentes da classe regular e coordenação escolar, mas todas possuem um objetivo em comum registrar, acompanhar e nortear para o desenvolvimento e participação plena dos educandos. Segue a discriminação dos referidos instrumentos de registros:

01	Identificação da pasta do Aluno;
02	Mapa de matrícula;
03	Mapa de Encaminhamento,
04	Ficha Queixa;
05	Mapa de Frequência;
06	PDI- Plano de Desenvolvimento Individual;
07	Cronograma de Atendimento;
08	Plano de Monitoramento do Aluno;
09	Anamnese;
10	Estágio do Desenvolvimento Humano;
11	Estágio do Desenvolvimento Matemático;
12	Mapeamento de Cuidadores de Aluno;
13	Plano de Ação;
14	Plano de Adaptação de aluno com deficiência;
15	Registros do AEE;
16	Termo de Compromisso e Ciência;
17	PEI- Plano Educacional Especializado;
18	Relatório Descritivo.

Fonte: Acervo de Anexos cedidos aos docentes do Atendimento Educacional Especializado-AEE do Município de Mãe do Rio-PA.

Esses registros são importantes instrumentos de organização para o trabalho durante o ano letivo e possibilitam a coleta de dados para possíveis encaminhamentos e acompanhamentos individualizados culminando na elaboração do “Relatório Descritivo” semestral e anual de avanços e dificuldades encontradas, de metas já superadas e norteammento para uma nova abordagem pedagógica

e técnica, com vista na superação e conforme é assegurado pela LDB de 1996 e pela Lei Brasileira de Inclusão-LBI 13.146, de 06 de julho de 2015, em seu Capítulo IV, que trata do direito à educação o alcance do máximo desenvolvimento possível dos talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas peculiaridades, interesses e necessidades.

Deste modo, segue abaixo o cronograma contendo os objetivos, as estratégias, o período e os resultados esperados das propostas da sala de atendimento Educacional Especializado-AEE da EMEF Praxedes Ribeiro, que visou traçar caminhos para inclusão na área campesina.

3.1 Cronograma de objetivos, estratégias e resultados esperados

Objetivos	Estratégias	Período	Resultados Esperados
Prever a organização dos atendimentos sala de AEE.	Observar a Portaria de matrícula do ano vigente; Ajustar-se ao calendário letivo e adequar a realidade campesina (Semana Pedagógica); Ter acesso a matrícula atualizada; Atualizar Plano de ação; Montar Cronograma de Atendimentos; Montar oficinas e organizar em encontros com as cuidadoras de alunos.	Início de cada ano letivo	Iniciar o período letivo com a organização dos trabalhos em consonância com a legislação vigente, traçar caminhos para formação continuada e oferecer suporte aos docentes da classe regular e cuidadores de alunos.
Realizar atividades pedagógicas diagnósticas	Realizar registros de observação do aluno nas dependências da escola; Observar as necessidades de acessibilidades arquitetônicas na escola de acordo com a demanda; Aplicação de anamneses com os alunos e familiares; Identificar as necessidades específicas de cada aluno com deficiência; Apresentar os alunos matriculados no AEE ao corpo docente e aos demais profissionais da escola e orientar quanto aos cuidados e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de ensino.	Bimestral	Garantia das condições de acesso e permanência do aluno.
Participar do planejamento dos professores com a coordenação pedagógica. Encontro com os professores para esclarecimentos e suporte técnico.	Entregar relatórios de acompanhamento do ano anterior; Propor adaptações em libras como forma de valorização da língua materna dos alunos surdos; Ampliações de fontes para os alunos de baixa visão.	Bimestral	Oferta de suporte técnico e troca de experiências de dados coletados nos atendimentos especializados que podem ser migrados para a classe regular.

	Explorar tecnologias assistivas para acessibilidade nas aulas. Orientar o uso adequado do material adaptado;		
Propor ações inclusivas para escola com ênfase na valorização da cultura e da identidade; Explorar o meio rural e as vivências e utilizá-los como ferramentas pedagógicas das aprendizagens nos atendimentos individuais e coletivos.	Realizar oficinas Adaptações de atividades e avaliações com docentes; Incentivar a participação dos alunos em todos os projetos e ações da escola. Realizar atividades fora dos muros da escola. Oficinas de Libras e Braille para equipe escolar; Momento Didático Pedagógico em Libras para todos os alunos da escola.	Bimestral	Garantia das condições de acesso e permanência, valorização da cultura e identidade levando em conta o contexto da comunidade rural em que o estudante está inserido.
Colaborar na revisão do PPP com a equipe pedagógica	Incluir atividades em todos os projetos macros da escola para os alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou que apresentem sinais de Transtornos Motores da Aprendizagem Pedagógicas no Projeto Político Pedagógico.	Anual	Promoção de inclusão e interação dos alunos matriculados na sala de recursos multifuncionais nos projetos macros oferecidos pela escola.
Orientar as famílias acerca das necessidades pedagógicas Específicas de seu filho.	Encontro e atendimento com a família em grupos ou individual de acordo com a necessidade; Buscar mecanismo de sensibilização e compreensão das famílias quando necessário pela equipe de Atendimento da Equipe Multidisciplinar da SEMED, que atuam no Centro de Atendimento Educacional Especializado- CAEE de Mãe do Rio- PA e pelas demais entidades de apoio a saúde e bem-estar dos educandos.	Mensal	Ter familiares comprometidos com a garantia dos direitos e que aceite a ajuda que seus filhos precisam de outros profissionais, bem como outros acompanhamentos
Elaborar relatórios individuais do primeiro e segundo Semestre;	Registrar os resultados significativos no desenvolvimento do estudante no referido ano letivo, especificando os avanços nos determinados aspectos: percepção, cognitivo (memória, atenção e linguagem), psicomotor e socialização.	Semestral e anual	Ter Relatório de Desenvolvimento semestral e anual na pasta do aluno na secretaria da escola e na pasta da sala do AEE. E também utilizá-los como recurso de norteammento da prática docente nos anos posteriores.

4. Considerações

A progressiva evolução e crescente reconhecimento da educação inclusiva no contexto rural refletem as reflexões em curso e os avanços nas perspectivas inclusivas dentro da sociedade contemporânea. As instituições escolares, enquanto espaços históricos moldados pelas concepções e práticas dos agentes envolvidos no processo educacional, desempenham um papel crucial na implementação e consolidação dessas perspectivas, independentemente do ambiente em que estão inseridas. Embora haja melhorias evidentes em relação ao passado, é necessário um investimento significativo para garantir a qualidade do trabalho educacional e assegurar que a assistência chegue às áreas rurais com a mesma efetividade que nas áreas urbanas, embora adaptada às suas realidades específicas.

Ao avaliar a experiência relatada, destacam-se algumas análises conclusivas sobre os motivos que contribuíram para o aumento do número de alunos matriculados na Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde sua criação na Escola Praxedes Ribeiro, localizada na zona rural de Mãe do Rio-PA. Inicialmente, a própria implantação do serviço, com a presença de profissionais capacitados, gerou um aumento na procura pelo atendimento especializado. Além disso, a desconstrução do preconceito em relação ao atendimento oferecido na comunidade, por meio de atividades como palestras, reuniões e encontros estratégicos, resultou em uma maior sensibilização das famílias, aumentando também a obtenção de laudos clínicos.

O apoio da equipe multidisciplinar do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) da área urbana de Mãe do Rio-PA tem sido outro fator relevante para o crescimento do público atendido pelo AEE. Essa equipe recebe a demanda e, durante suas visitas mensais, presta atendimento aos alunos e familiares, o que tem resultado em encaminhamentos para avaliações por profissionais da saúde e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), contribuindo para o aumento das matrículas.

Contudo, é importante destacar criticamente a demora na obtenção de laudos clínicos, seja devido à aceitação e interesse das famílias, seja às dificuldades enfrentadas para conseguir uma avaliação especializada, o que impacta na orientação pedagógica baseada em uma abordagem clínica. Entretanto, os alunos que aguardam o laudo médico têm recebido atendimento educacional especializado com base nos pareceres técnicos da equipe multidisciplinar, embora isso também influencie na distribuição das turmas, podendo resultar em superlotação do ambiente e comprometer a qualidade do atendimento.

Ademais, é necessário considerar que a exigência de laudos clínicos para a distribuição dos alunos nas turmas pode entrar em conflito com a legislação educacional vigente, como a instrução normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2022, do estado do Pará, que estabelece um número máximo de 10 alunos por turma no AEE como segunda matrícula, preferencialmente em turno oposto ao ensino regular. No entanto, para os alunos da área rural, que dependem de transporte escolar, os atendimentos no contra turno tornam-se inviáveis devido às dificuldades logísticas de deslocamento, necessitando ser realizados no próprio turno, de forma escalonada.

Diante desse contexto, é essencial considerar todas as variáveis que impactam no pleno acesso dos estudantes com deficiência do campo, visando proporcionar oportunidades equitativas que levem em conta sua diversidade. A busca pela inclusão, nesse sentido, implica em um esforço contínuo para melhorar as condições de acessibilidade para que o Atendimento Educacional Especializado cumpra seu papel de suplementar e/ou complementar o ensino ofertado na classe regular, com avanços sociais e acadêmicos para alunos matriculados. Sem permitir que as melhorias já alcançadas levem ao conformismo.

Portanto, diante das transformações constantes no contexto atual, é imperativo redefinir e orientar as ações e investimentos em políticas públicas que atendam às demandas por uma inclusão mais efetiva, combatendo a precariedade e enfrentando as barreiras atitudinais que frequentemente se interpõem no caminho da implementação de uma educação de qualidade.

5. Referências

ANJOS, T. Furtado.; DAMASCENO, A. R. Educação do Campo e Educação Especial: interlocução entre modalidades inclusivas na contemporaneidade. Rev. Bras. Educ. Campo. Tocantinópolis, v. 5, e8274, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8274>

BRASIL, Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Disponível em [Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 24 de março de 2024.

BRASIL, Lei n. 13.146 de 2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 03 de janeiro de 2024.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso e 20 de fevereiro de 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008b. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios

para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008: (mec.gov.br). Acesso em 25 de janeiro 2024.

RUSSO, Luiza; PEREIRA, Luiza P. O Processo de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência através da Educação. Instituto Paradigmas, Monções-SP, 2021. Disponível em: [Caderno_1_O_processo_de_Inclusao_Social_das_Pessoas_com_Deficiencia.pdf](#). Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

SHAH, Alpa. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária. Revista de Antropologia da UFSCar, 12 (1), jan./jun. 2020. Disponível em: [Vista do Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária \(ufscar.br\)](#). Acesso em 28 de janeiro de 2024.